

TRABALHADORES REPUDIAM MP 258

A Medida Provisória que cria a Receita Federal do Brasil foi contestada pela maioria dos trabalhadores durante seminário em Brasília, no último dia 8. No encerramento da atividade, os trabalhadores do INSS do RS, propuseram o próximo dia 15 como indicativo de greve contra a MP 258.



Cerca de 150 servidores da Secretaria de Receita Previdenciária (SRP) de 16 estados (RS, DF, GO, SP, PE, ES, MT, RO, RJ, SE, CE, SC, AM, MG, PA), participaram na segunda-feira 8, em Brasília, do Seminário Nacional sobre a Receita Federal do Brasil, com o tema "Unificação das Receitas Federais do Brasil e o Papel dos Trabalhadores".

O seminário teve como palestrantes convidados a auditora fiscal da Receita Federal e vice-presidenta da Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco Sindical), Maria Lucia Fattorelli Carneiro, a diretora da Associação Nacional dos Procuradores da Previdência (Anprev), Meire Lúcia Gomes Monteiro e o advogado da Assessoria Jurídica da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), Marcelo Trindade.

Durante as intervenções foram debatidos Conjuntura Nacional: a Medida Provisória (MP) 258, que cria a Receita Federal do Brasil, conhecida como "Receitão"; a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) e a situação dos trabalhadores da Seguridade Social cedidos à nova Receita.

A auditora, Maria Fattorelli ao abordar a MP 258, condenou a criação do Receitão via MP e, o fato do governo Lula não ter discutido com os servidores e a sociedade a nova Receita. Segundo Fattorelli, a MP visa desmontar a Previdência Social, já que os recursos da Arrecadação do INSS irão para o Receitão. "Fica claro que quem pagará a conta são os servidores e a população", explicou a auditora.

A Procuradora, Meire Lúcia Gomes Monteiro ao falar sobre a MPP 258, criticou os valores que o governo pretende investir na criação do Receitão. Segundo Meire, o governo irá investir 1,5 bilhão na nova estrutura, quando seria necessário pelo menos 15 bilhões. Ela disse que a diferença tem uma explicação: "é que o governo vai se apropriar da estrutura já montada do INSS. Essa estrutura vai desde equipamentos, cedência de funcionários e, é claro toda a receita da Arrecadação do Instituto".

O Assessor Jurídico da Fenasps, Marcelo Trindade, disse que a cedência de funcionários à nova Receita tem aspectos negativos, isto porque os servidores que trabalham na SRP, passam ao exercício na Receita Federal do Brasil, mas continuam lotados nos seus órgãos de origem. Não serão redistribuídos, nem terão sua carreira transformada. Isso já foi feito quando da criação da SRP. "É uma imposição da política governamental de que o servidor administrativo não seja enquadrado em outros órgãos, apenas realizam o trabalho de estruturação sem nenhum tipo de crescimento funcional ou salarial". Explicou, Trindade.

A Fenasps encaminhará a proposta para as categorias que poderão vir a compor a Receita. Caso as demais entidades aprovem, ela deverá ser remetida para discussão na reunião plena da Plenária Nacional Permanente dos Servidores da Seguridade social.

Propostas apresentadas

- Criação de grupos permanentes nos estados para estudos e discussões sobre a MP e a Receita Federal do Brasil.
- Realizar outros debates após a programação nacional da FENASPS (formação de um grupo de trabalho nacional que acompanhará e encaminhará ações que envolvam a MP 258 ou projeto de Lei.
- Encaminhamento nacional de que se realize manifestações no estado com participação das varias entidades sindicais e profissionais das categorias envolvidas na MP, movimentos e conselhos da seguridade social.
- Formação política da categoria sobre conhecimento da Seguridade Social, suas políticas nas dimensões da gestão controle e financiamento.
- Formar um coletivo de defesa permanente da política de Seguridade Social em nível nacional com representação em cada estado.
- A FENASPS deverá elaborar e enviar aos estados um documento que resgate todos os contatos com o governo sobre a MP 258.
- Os trabalhadores do Paraná deliberaram pela não aceitação da criação da Receita Federal do Brasil. Foram encaminhadas a FENASPS as seguintes deliberações:
 - Analisar a constitucionalidade da criação da Secretaria.
 - Defesa manutenção da previdência social pública e o repúdio a qualquer tipo de atitude do governo quanto a privatização ou seu desmonte.
 - Caso o governo leve adiante a proposta de unificação dos fiscos, que o faça a partir do encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional, para amplo debate com a sociedade e com as entidades envolvidas.
 - A garantia do governo federal, de que as contribuições sociais continuem vinculadas exclusivamente ao pagamento dos benefícios previdenciários, conforme o artigo 167, inciso XI da Constituição Federal.
 - Unificação da luta, ampliando o debate com as categorias de servidores envolvidos no processo de criação da Receita Federal do Brasil.
 - Criação de um GT conjunto com as entidades do setor para discutir a reestruturação do fisco Federal/ Seguridade Social e Trabalho (UNAFISCO Sindical, FENAFISP, SINDRECEITA, SINDSARF e ANFIP) para elaborar ações.
 - Realizar seminários estaduais para debater a Reestruturação Administrativa do INSS, com o objetivo de elaborar propostas para discutir com os trabalhadores e apresentar no processo de negociação com o governo;
 - A FENASPS e a CNTSS devem solicitar reunião específica com os dirigentes responsáveis da SRP.
 - Ato unificado das entidades envolvidas na RFB no dia 15/08 como dia nacional de luta pela previdência pública e pela definição da situação dos servidores com exercício fixados.
 - No caso da ADIN não ser vitoriosa, lutar pelo tratamento de definição dos servidores para não ficarem fixados e sim redistribuídos.
 - Buscar unificar ação política com ação jurídica pelo cumprimento do art. 5 da Lei 10855/04.
 - Em caso de decisão favorável a inconstitucionalidade da MP 258/2005, ou da retirada da MP pelo governo ou não transformação em lei pelo congresso nacional, permanecer na lotação quanto a mobilização definitiva dos servidores da SRP.
 - Defesa da previdência pública, contra a MP 258.
 - Opção de cada servidor de não ir para o novo órgão, caso se concretize a Secretaria de Receita Federal do Brasil.
 - A FENASPS/CNTSS apresentará um indicativo de greve a partir do dia 15 de agosto, a todas as categorias que poderão compor a RFB, caso essa proposta seja assumida pelas entidades ela deverá ser discutida na reunião plena da plenária nacional permanente.
 - Garantia do financiamento publico da previdência social.

Santa Catarina

- Criação de um GT da SRP pela FENASPS.
- Opção do trabalhador de sair ou não do INSS.
- Garantia das 30 horas de trabalho semanal.
- Que os servidores administrativos do INSS, cedidos a RFB, exijam a estruturação da carreira do Seguro Social com promoção e progressão fixadas em lei com provimento inicial com salário atual mais baixo entre os servidores redistribuídos.
- Exigimos transparência na criação da RFB com respeito e consideração a vida funcional dos servidores administrativos.
- Que a FENASPS construa o dia nacional de lutas em conjunto com os trabalhadores da ANVISA pleiteando plano de carreira para os respectivos setores.